

ÍNDICE

1 - Enquadramento	3
2 - Metodologia	4
3 - A Atividade Municipal em 2024 e perspetivas futuras	6
4 – Execução Orçamental	8
4.1 - Introdução.....	8
4.2 – Execução Orçamental.....	9
4.3 – Evolução Agregada da Receita e da Despesa	10
4.4 – Estrutura e Evolução da Receita.....	12
4.5 – Estrutura e Evolução da Despesa	17
4.6 – Estrutura e Evolução das Grandes Opções do Plano (GOP).....	22
4.7 – Execução do Plano de Atividades Municipal (PAM).....	23
4.8 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	24
5 – Evolução da situação patrimonial, financeira e económica	25
5.1 – Balanço	25
5.2 – Demonstração de Resultados	28
5.3 – Demonstração das Alterações no Património Líquido.....	30
5.4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	31
5.5 – Contabilidade de Gestão	32
5.6 – Dívida do Município	33
6 – Indicadores de Gestão	35
6.1 - Indicadores de natureza orçamental	35
6.2 - Indicadores de natureza financeira.....	37
7 – Factos relevantes verificados após o encerramento do exercício	38
8 – Proposta de Aplicação dos Resultados	39

1 - Enquadramento

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, é competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em conformidade com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.

Importa referir que as Contas são prestadas tendo como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, cuja entrada em vigor nas Autarquias Locais ocorreu em 01/01/2020.

Um dos documentos de prestação de contas é o **Relatório de Gestão** que na vigência do SNC-AP traz uma nova visão que integra, para além do cumprimento legal, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas.

Tal informação destina-se não só à apreciação do órgão deliberativo, fiscalizador da atividade municipal, e ao julgamento do Tribunal de Contas, mas também a terceiros tais como fornecedores, entidades bancárias e cidadãos em geral, a fim de avaliarem a atividade desenvolvida e o seu impacto no desenvolvimento económico e social do concelho. Nesta conformidade, cabe à Assembleia Municipal apreciar os documentos de prestação de contas individuais na sua sessão ordinária de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, de acordo com o n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013 e com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (na sua atual redação), que estabelece o regime financeiro das autarquias locais.

Posteriormente, o Município remeterá à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e ao Tribunal de Contas os documentos de prestação de contas, e disponibilizá-los-á no seu sítio eletrónico.

Refira-se que o Município de Odemira não apresenta contas consolidadas uma vez que não se encontra em nenhuma das situações previstas no art.º 75.º do regime financeiro das autarquias locais.

2 - Metodologia

Conforme disposto no SNC-AP, o sistema contabilístico das Administrações Públicas passou a contemplar os subsistemas de contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão.

O SNC -AP assenta, nomeadamente:

- Numa estrutura conceptual da informação financeira pública;
- Em normas de contabilidade pública convergentes com as IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*);
- Em modelos de demonstrações financeiras;
- Numa norma relativa à contabilidade orçamental;
- Num plano de contas multidimensional;
- Numa norma de contabilidade de gestão.

Assim, a Prestação **de Contas** para além de integrar o **Relatório de Gestão**, apresentado no volume I, é composta por **demonstrações orçamentais e financeiras de relato** que transmitem a imagem da Autarquia no final do exercício, bem como, por **outros documentos e mapas que se destinam à análise do Tribunal de Contas**, apresentados no volume IV.

As **Demonstrações Orçamentais** que decorrem do disposto no subsistema de contabilidade orçamental apresentam informação, designadamente, sobre dotações, alterações orçamentais, cabimentos, compromissos, obrigações, pagamentos, liquidações e recebimentos. São apresentadas no volume II e consistem em:

- Mapas de Demonstrações Orçamentais:
 - Demonstração de desempenho orçamental;
 - Demonstração de execução orçamental da receita;
 - Demonstração de execução orçamental da despesa;
 - Demonstração de execução das Grandes Opções do Plano (GOP);
 - Demonstração de execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
 - Demonstração de execução do Plano de Atividades Municipal (PAM).
- Anexo às Demonstrações Orçamentais que inclui:
 - Alterações Orçamentais da Receita;
 - Alterações Orçamentais da Despesa;
 - Alterações às Grandes Opções do Plano (GOP);
 - Alterações Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
 - Alterações ao Plano de Atividades Municipal (PAM);
 - Operações de Tesouraria;
 - Situação dos Contratos;
 - Adjudicações por tipo de procedimento;
 - Transferências e Subsídios concedidos;
 - Transferências e Subsídios recebidos;
 - Dívidas a Terceiros por Antiguidade de Saldos;
 - Encargos Contratuais.

As **Demonstrações Financeiras** que decorrem do disposto no subsistema de contabilidade financeira proporcionam informação sobre os recursos, obrigações, gastos suportados e rendimentos obtidos à data de relato, bem como, sobre os fluxos de recursos entre datas de relato. São apresentadas no volume III e consistem em:

- Mapas de Demonstrações Financeiras:
 - Balanço;
 - Demonstração dos resultados por natureza;
 - Demonstração das alterações no património líquido;
 - Demonstração de fluxos de caixa.
- Anexo às Demonstrações Financeiras, que pretende fornecer informação relativa às políticas contabilísticas significativas, bem como, outras notas explicativas que se julguem oportunas.

O **subsistema de contabilidade de gestão** que se destina a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, permite a avaliação do resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, bem como, a satisfação de uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões. A informação pode ser analisada através do:

- Mapa de contabilidade de gestão apresentado no ponto 5.5 do presente Relatório de Gestão que demonstra:
 - Apuramento de rendimentos, gastos e resultados por funções.

Dando cumprimento ao disposto no n.º 3 do art.º 76.º do regime financeiro das autarquias locais (na sua atual redação), é apresentado, no Volume V, documento elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nomeada pela Assembleia Municipal, que contém a **Certificação Legal de Contas** e o **Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas**, nos termos previstos no art.º 77.º daquele normativo.

Relativamente à atividade desenvolvida pela autarquia, foram obtidos os dados necessários com o contributo de todos os serviços, sendo de realçar que as unidades orgânicas do Município produzem relatórios trimestrais de atividade.

3 - A Atividade Municipal em 2024 e perspectivas futuras

Iniciar esta nota com a repetição de que as contas do ano a que se referem (2024), superaram, em termos de níveis de execução, o ano anterior (2023) significa um crescimento agregado, ao longo de todo o presente mandato, dos níveis de execução das contas no município de Odemira. Este facto dado, já não é uma ideia de tendência, estrutura um novo patamar de responsabilidade orçamental de Odemira e aponta para a necessidade de consolidar uma estrutura de recursos humanos, uma estrutura orgânica e um modelo de governação hierárquico adequado a uma nova realidade. É neste sentido que importa a consolidação da contabilidade de gestão, o foco cada vez mais intenso na promoção da cooperação entre unidades orgânicas (articulação nos processos de aquisição de serviços comuns e no planeamento/execução articulada de eventos), a implementação de novos modelos de monitorização e avaliação da implementação de políticas e dos diferentes planos internos (Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Plano de Atividades Municipal (PAM)) e a renovação atempada do quadro de recursos humanos do Município.

Um dos dados relevantes das contas de 2024 é, mais uma vez, o saldo orçamental que apresenta um valor negativo de 2 M€ e isso significa uma redução do saldo orçamental da gerência anterior que vinha, no início do presente mandato, apresentando valores próximos dos 9M€ e que veio diminuindo progressivamente para o valor de fecho de contas da ordem dos 4,6M€. Importa voltar a sublinhar que numa situação de saúde financeira que a Câmara Municipal de Odemira apresenta, e considerando os sucessivos saldos orçamentais anteriores muito elevados, esta diferença entre a receita total e a despesa total reflete uma capacidade superior de concretizar investimentos de que as pessoas precisam.

Esta capacidade explica-se em duas dimensões: por um lado as unidades orgânicas estruturadas com dimensão menor e mais operativas que conseguiram cumprir muito melhor as suas tarefas de execução dos respetivos PPI e PAM (sendo este um dos objetivos centrais da alteração da estrutura orgânica operacionalizada no final de 2021); e o ano de 2024, para além de ter sido ainda impactado pelo final de um conjunto alargado de obras financiadas no âmbito do quadro comunitário PT2020, constituiu-se também como o início de algumas intervenções estruturantes e de futuro.

De forma global e continuada (de 2021 para 2024) importa sublinhar um aumento progressivo da receita total e da despesa total o que justifica o aumento progressivo da dimensão orçamental do Município, no entanto, importa destacar o diferencial entre receitas de capital (6,48M€ em 2024) e despesas de capital (11,17M€ em 2024) de onde se infere que o Município tem, reiteradamente utilizado receitas correntes para transformar em investimento e, se fizermos o comparativo entre o valor de investimento em 2021 (6,89M€) e esse mesmo valor em 2024 (11,17M€), assinalamos um crescente de investimento ao longo do mandato que se traduz num aumento do investimento por habitante de 233€ em 2021 para 378€ em 2024.

Ainda nesta dimensão macro de comparação da evolução da receita e da despesa importa sublinhar o aumento da despesa com recursos humanos que, considerando a consolidação do aumento em 2023 resultante da absorção dos recursos humanos provenientes das escolas, vê agora um novo aumento decorrente de medidas como o “acelerador de carreiras” que vieram proporcionar aumentos diretos nos salários e nas despesas conexas.

Ainda na dimensão das despesas correntes importa assinalar o acréscimo na aquisição de bens e serviços, especificamente na rubrica “saneamento, recolha de RSUs e recicláveis”, que assinala um aumento muito significativo, com tendência crescente, nas tarifas da recolha de RSUs, bem como nas transferências para as “instituições sem fins lucrativos” o que significa um maior apoio às instituições e coletividades locais, garantindo assim um reforço da sua capacidade de promover ações e projetos.

Resumindo, as contas de 2024 acompanham tendências anteriores donde se confirma uma estabilização resultante dos vários ajustamentos efetuados nos primeiros anos do mandato, designadamente: a curva de crescimento das despesas com pessoal tende a diminuir; os valores de investimento total e por habitante tendem a aumentar; o valor de transferências para as freguesias mantém uma tendência crescente; e o saldo orçamental da gerência anterior tende a diminuir até um valor próximo do equilíbrio.

O ano de 2024 marca, também, o ano que aponta um novo ciclo de investimentos tendo por base: as obras adjudicadas em 2024 e que grosso modo são a percentagem mais significativa do valor a receber em fundos comunitários, contratualizados no âmbito do Alentejo 2030 (novo ciclo de fundos) e que obrigaram a que fosse contratualizado empréstimo num valor de 15,79M€ no sentido de termos a receita complementar não financiada para uma boa e atempada execução desses investimentos; uma abordagem renovada à necessidade de beneficiação das nossas estradas municipais que obrigaram à contratualização de empréstimo de 3,76M€ para um primeiro pacote de investimento, considerando o final de uma ideia de que os fundos comunitários poderiam ser base para esse investimento; e o início de um processo de construção participada de ideias e projetos que se venham a constituir como os investimentos do futuro ciclo de fundos comunitários.

Assim, se o ano de 2021 teve por base 3 desafios muito complexos como sejam: ultrapassar a fase mais complexa da pandemia de Covid-19; contribuir para a recuperação económica e social do concelho, num cenário pós pandemia; e, alterar a estrutura da Câmara Municipal com base na proposta política saída das eleições autárquicas de 2021. Se o ano de 2022 teve como base de desafios: a reformulação da estrutura orgânica do município; o relançar dos investimentos públicos com base num cenário “entre quadros comunitários”; e estruturar & lançar a execução do Programa de Governação “Odemira 21_25”. Se o ano de 2023 teve como principais desafios: estabilizar toda a estrutura orgânica do município, introduzindo as bases dos princípios da colaboração; e estabilizar a execução do Programa de Governação “Odemira 21_25”. O ano de 2024 constituiu-se o ano em que, num cenário interno muito mais estabilizado, foram adjudicadas todas as obras relevantes do Programa de Governação “Odemira 21_25”, foram terminados um conjunto de planos estratégicos temáticos e lançadas as bases para um novo ciclo de investimentos que permitirá acrescentar novas oportunidades para todos e todas, transformado de forma progressiva e positiva o nosso concelho.

4 – Execução Orçamental

4.1 - Introdução

O SNC-AP introduziu novos conceitos e novas formas de relato.

Assim, na execução orçamental apresentada, as receitas e despesas com ativos e passivos financeiros surgem de forma autónoma para permitir obter e reportar valores relativos a agregados de receita e despesa efetiva e não efetiva, bem como, de despesa primária, que são apresentados em conjunto com os saldos respetivos para o período em análise e comparativamente ao período homólogo do ano anterior na Demonstração do Desempenho Orçamental.

É de referir que o SNC-AP alterou a forma de contabilização dos reembolsos e restituições do próprio ano que passaram a processar-se por anulação à receita e não por execução da despesa como acontecia no anterior regime contabilístico (POCAL). Como consequência, os montantes expressos na Demonstração de Desempenho Orçamental com implicação nos saldos de tesouraria referem-se à receita cobrada líquida.

Importa também referir que, no novo regime contabilístico, as taxas aplicadas a empresas deixaram de ser contabilizadas como impostos indiretos (como acontecia no POCAL) passando a ser contabilizadas como taxas.

4.2 – Execução Orçamental

O quadro seguinte apresenta um resumo da execução orçamental do ano de 2024, bem como, o seu grau de execução relativamente à previsão/dotação corrigida. Apresenta, ainda, a previsão/dotação inicial e o peso estrutural de cada tipologia de receita e despesa.

Execução Orçamental 2024	Previsão/Dotação Inicial	Previsão/Dotação Corrigida*1	Execução (valor) *2	Grau de Execução (%)	peso estrutural (%)
Receita Total	63 100 000,00 €	62 266 430,43 €	54 733 741,29 €	87,90%	100,00%
Receitas Correntes	45 025 000,00 €	42 200 000,00 €	41 529 915,14 €	98,41%	75,88%
Receitas de Capital	18 075 000,00 €	13 329 000,00 €	6 478 038,35 €	48,60%	11,84%
Receitas com Ativos e Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00%
Outras Receitas	0,00 €	6 737 430,43 €	6 725 787,80 €	99,83%	12,29%
Despesa Total	63 100 000,00 €	62 266 430,43 €	50 055 298,78 €	80,39%	100,00%
Despesas Correntes	44 580 000,00 €	44 403 430,43 €	38 462 750,39 €	86,62%	76,84%
Despesas de Capital	18 094 000,00 €	17 436 000,00 €	11 169 633,44 €	64,06%	22,31%
Despesas com Ativos e Passivos Financeiros	426 000,00 €	427 000,00 €	422 914,95 €	99,04%	0,84%

*1: os valores da previsão corrigida e da execução das Outras Receitas incluem a incorporação do saldo da gerência anterior (6.701.430,43€).

*2: os valores constantes da execução da Receita referem-se à Receita Cobrada Líquida.

A análise do quadro permite constatar uma execução da receita de 87,90% relativamente à previsão corrigida e uma execução da despesa de 80,39% relativamente à dotação corrigida.

Ao nível da receita podemos observar uma execução de 98,41% das *receitas correntes*, de 48,60% das *receitas de capital* e de 99,83% das *outras receitas* (onde se inclui o saldo da gerência anterior). Constata-se ainda que, estruturalmente, as *receitas correntes* representam 75,88% da *receita total* arrecadada.

Ao nível da despesa podemos observar uma execução de 86,62% das *despesas correntes*, de 64,06% das *despesas de capital* e 99,04% das *despesas com ativos e passivos financeiros*. Constata-se ainda que, estruturalmente, as *despesas correntes* representam 76,84% da *despesa total* realizada.

4.3 – Evolução Agregada da Receita e da Despesa

Execução Orçamental comparativa	2021	2022	2023	2024	Δ (2024 / 2023)		Δ (2024 / média 2021 a 2023)	
Receita Total	35 201 977,04 €	38 826 493,98 €	42 881 222,74 €	48 032 310,86 €	5 151 088,12 €	12,01%	9 062 412,94 €	23,25%
Receitas Correntes	32 041 708,87 €	35 146 566,73 €	36 236 222,28 €	41 529 915,14 €	5 293 692,86 €	14,61%	7 055 082,51 €	20,46%
Receitas de Capital	3 149 052,65 €	3 602 906,80 €	6 628 186,31 €	6 478 038,35 €	-150 147,96 €	-2,27%	2 017 989,76 €	45,25%
Receitas com Ativos e Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	
Outras receitas	11 215,52 €	77 020,45 €	16 814,15 €	24 357,37 €	7 543,22 €	44,86%	-10 659,34 €	-30,44%
Despesa Total	32 295 696,53 €	39 061 937,33 €	45 299 618,41 €	50 055 298,78 €	4 755 680,37 €	10,50%	11 169 548,02 €	28,72%
Despesas Correntes	24 587 936,84 €	29 313 030,58 €	33 938 681,38 €	38 462 750,39 €	4 524 069,01 €	13,33%	9 182 867,46 €	31,36%
Despesas de Capital	6 889 524,28 €	8 992 520,50 €	10 820 102,75 €	11 169 633,44 €	349 530,69 €	3,23%	2 268 917,60 €	25,49%
Despesas com Ativos e Passivos Financeiros	818 235,41 €	756 386,25 €	540 834,28 €	422 914,95 €	-117 919,33 €	-21,80%	-282 237,03 €	-40,02%

Nota 1: os valores constantes da Receita referem-se à receita cobrada líquida.

Nota 2: a execução das Outras Receitas não inclui a incorporação dos saldos de gestão de forma a não deturpar a análise comparativa.

A análise do quadro acima permite-nos verificar, em 2024, níveis de execução orçamental superiores ao ano transato.

Ao nível da receita, a comparação com a média dos 3 anos imediatamente anteriores (2023, 2022 e 2021) permite-nos aferir um aumento (23,25%), verificando-se um crescimento de arrecadação de *receita corrente* e *de capital* ao longo do quadriénio. O ano de 2024 apresenta, inclusivamente, a maior execução orçamental da *receita corrente* dos anos elencados, havendo uma ligeira inflexão do crescimento da *receita de capital* em 2024.

Ao nível da despesa, a comparação relativamente aos 3 anos anteriores permite-nos aferir um aumento (28,72%), verificando-se um crescimento de execução de *despesa corrente* e *de capital* ao longo do quadriénio. O ano de 2024 apresenta, inclusivamente, a maior execução orçamental da *despesa corrente* e da *despesa de capital* dos anos elencados. As *despesas com passivos financeiros* apresentam uma redução ao longo do quadriénio por força da amortização dos empréstimos de médio e longo prazo (mlp) contratados.

Agregados Orçamentais	2021	2022	2023	2024	Conceitos
Receita Total	35 201 977,04 €	38 826 493,98 €	42 881 222,74 €	48 032 310,86 €	corresponde ao somatório de: receita corrente; receita de capital; receita com ativos e passivos financeiros; outras receitas
Receita Não Efetiva	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	corresponde à receita resultante de ativos e passivos financeiros
Receita Efetiva	35 201 977,04 €	38 826 493,98 €	42 881 222,74 €	48 032 310,86 €	corresponde à receita total deduzida de ativos e passivos financeiros
Despesa Total	32 295 696,53 €	39 061 937,33 €	45 299 618,41 €	50 055 298,78 €	corresponde ao somatório de: despesa corrente; despesa de capital; despesas com ativos e passivos financeiros
Despesa Não Efetiva	818 235,41 €	756 386,25 €	540 834,28 €	422 914,95 €	corresponde à despesa resultante de ativos e passivos financeiros
Despesa Efetiva	31 477 461,12 €	38 305 551,08 €	44 758 784,13 €	49 632 383,83 €	corresponde à despesa total deduzida da despesa com ativos e passivos financeiros
Despesa Primária	31 467 662,33 €	38 296 114,12 €	44 696 466,04 €	49 569 530,48 €	corresponde à despesa efetiva deduzida dos juros pagos
Saldo Total	2 906 280,51 €	-235 443,35 €	-2 418 395,67 €	-2 022 987,92 €	corresponde à diferença entre receita total e despesa total
Saldo Corrente	7 453 772,03 €	5 833 536,15 €	2 297 540,90 €	3 067 164,75 €	corresponde à diferença entre receita corrente e despesa corrente
Saldo de Capital	-3 740 471,63 €	-5 389 613,70 €	-4 191 916,44 €	-4 691 595,09 €	corresponde à diferença entre receita de capital e despesa de capital
Saldo Global	3 724 515,92 €	520 942,90 €	-1 877 561,39 €	-1 600 072,97 €	corresponde à diferença entre receita efetiva e despesa efetiva
Saldo Primário	3 734 314,71 €	530 379,86 €	-1 815 243,30 €	-1 537 219,62 €	corresponde à diferença entre receita efetiva e despesa efetiva deduzida dos juros pagos
Saldo Orçamental da Gerência anterior	6 448 988,94 €	9 355 269,45 €	9 119 826,10 €	6 701 430,43 €	corresponde ao saldo de caixa (compreende dinheiro e depósitos à ordem) apurado.
Saldo Orçamental da Gerência	2 906 280,51 €	-235 443,35 €	-2 418 395,67 €	-2 022 987,92 €	
Saldo Orçamental para a Gerência seguinte	9 355 269,45 €	9 119 826,10 €	6 701 430,43 €	4 678 442,51 €	

Os Agregados apresentados permitem-nos perceber que, em 2024, a receita arrecadada pelo Município foi inferior à despesa paga num montante na ordem dos 2.023.000€.

O aumento observado na receita arrecadada em 2024 relativamente a 2023, não foi suficiente para fazer face à despesa paga (que também aumentou) levando a que o saldo total acumulado (saldo orçamental para a gerência seguinte) seja inferior ao de 2023, mantendo-se, ainda assim, acima dos 4.600.000€.

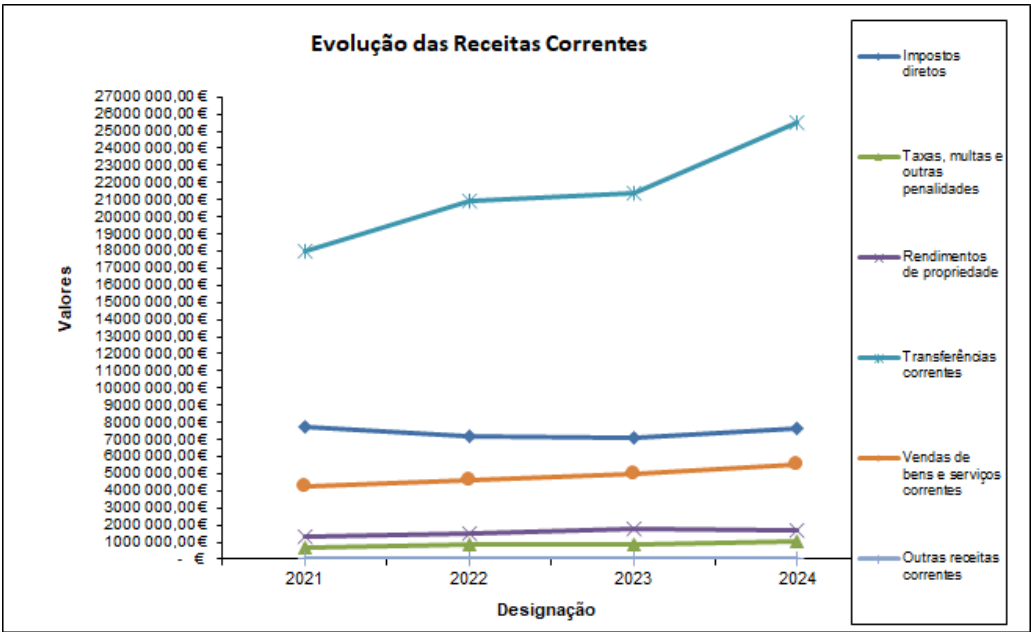
Podemos também inferir do quadro que, ao longo do quadriénio, o Município apresenta saldos correntes positivos e saldos de capital negativos. Em 2024, apresenta um saldo global e um saldo primário negativos (superiores a 1.500.000€).

4.4 – Estrutura e Evolução da Receita

Receitas Correntes	2021	2022	2023	2024	Δ (2024 / 2023)	Δ (2024 / média 2021 a 2023)
Impostos diretos	7 757 509,95 €	7 165 970,19 €	7 105 817,43 €	7 688 537,72 €	8,20%	4,70%
Taxas, multas e outras penalidades	664 210,55 €	868 186,36 €	909 998,78 €	1 076 569,30 €	18,30%	32,24%
Rendimentos de propriedade	1 341 763,80 €	1 487 663,94 €	1 791 206,49 €	1 724 244,54 €	-3,74%	11,95%
Transferências correntes	17 984 333,91 €	20 969 019,41 €	21 364 749,87 €	25 503 986,11 €	19,37%	26,85%
Vendas de bens e serviços correntes	4 291 130,16 €	4 651 588,23 €	4 996 434,33 €	5 515 849,72 €	10,40%	18,71%
Outras receitas correntes	2 760,50 €	4 138,60 €	68 015,38 €	20 727,75 €	-69,52%	-16,99%
Total	32 041 708,87 €	35 146 566,73 €	36 236 222,28 €	41 529 915,14 €	14,61%	20,46%

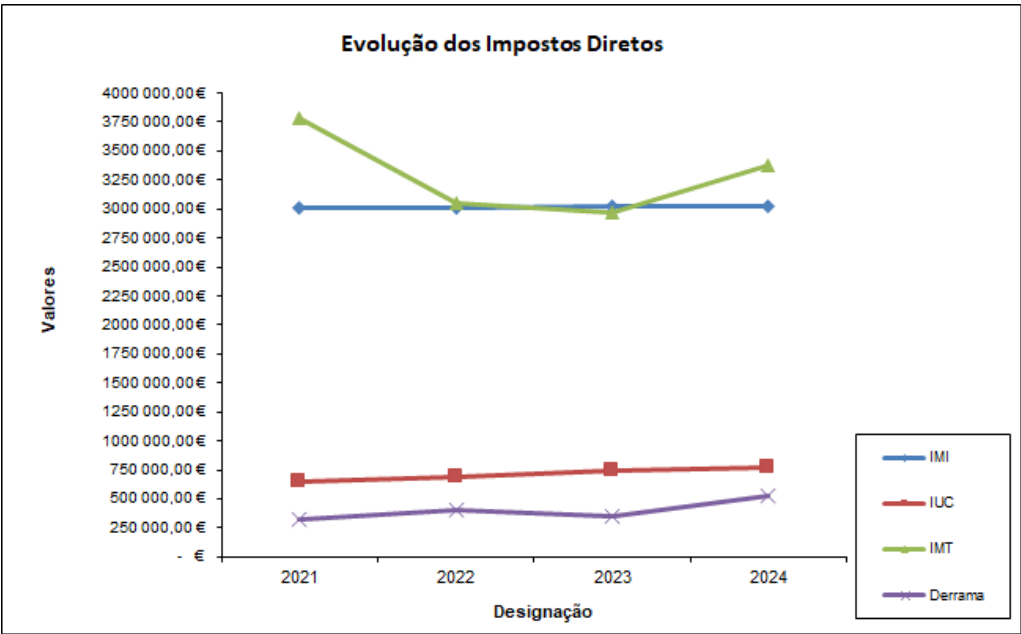
A *receita corrente* arrecadada em 2024 apresenta um crescimento relativamente ao ano anterior (14,61%), registando uma execução acima da média dos 3 anos anteriores (20,46%). São de destacar os aumentos registados ao nível da arrecadação das *transferências correntes*, dos *impostos diretos*, bem como, das *vendas de bens e serviços correntes*. Importa referir que o aumento verificado no capítulo *transferências correntes* inclui valores no âmbito do artigo 35.º, n.º5 da Lei 73/2013, que, excecionalmente em 2024 (conforme estabelecido na LOE), é contabilizado em 50% do seu montante como *receita corrente*.

O gráfico abaixo permite-nos constatar o aumento da arrecadação das *receitas correntes* ao longo do quadriénio.



As *receitas próprias correntes* registaram, em 2024, uma cobrança superior à registada em 2023 (7,76%), bem como, um aumento na ordem dos 11,53% relativamente à média do triénio anterior.

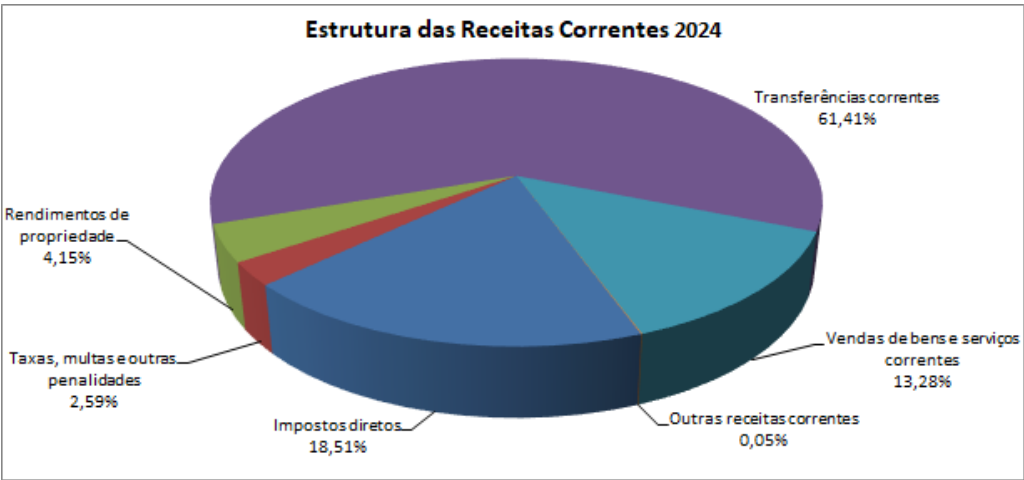
O gráfico seguinte permite-nos observar a evolução dos *impostos diretos* ao longo do quadriénio. O *IMI* apresenta uma estabilização não dando seguimento à tendência de crescimento exibida após a reavaliação geral dos prédios urbanos promovida pelo Estado. O *IUC* apresenta um crescimento continuado ao longo do quadriénio, o *IMT* (apesar da sua grande volatilidade) e a *Derrama* apresentam, em 2024, valores superiores a 2023 e à média do triénio anterior.



Conforme se depreende do quadro seguinte, o *fundo de equilíbrio financeiro (FEF) corrente* é o principal responsável pelo crescimento das *transferências correntes* ao longo do quadriénio e pelo peso relativo que as mesmas apresentam nos vários anos, representando, em 2024, 64,14% das *transferências correntes* recebidas e 39,39% da totalidade da *receita corrente* arrecadada.

Transferências Correntes	2021	2022	2023	2024	Δ (2024 / 2023)	Δ (2024 / média 2021 a 2023)
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEFc)	15 249 253,00 €	15 905 755,00 €	15 658 797,00 €	16 359 354,14 €	4,47%	4,84%
Fundo Social Municipal (FSM)	432 569,00 €	497 196,00 €	521 859,00 €	618 899,00 €	18,60%	27,90%
Participação Variável no IRS	754 662,00 €	658 706,00 €	779 957,00 €	833 367,00 €	6,85%	13,99%
Participação no IVA – Art 26.º-A da Lei n.º 73/2013	191 288,22 €	157 656,90 €	221 106,50 €	365 360,67 €	65,24%	92,28%
n.º 3 art.º 35.º Lei n.º 73/2013	- €	- €	- €	2 607 401,19 €		
Outras transferências Adm. Central (OTAC)	618 227,32 €	642 639,51 €	- €	81 626,55 €		-80,58%
Transf Competencias - Lei 50/2018	- €	2 520 321,36 €	3 695 460,00 €	3 867 797,00 €	4,66%	86,68%
Fundos Comunitários (FCc)	439 136,60 €	541 560,43 €	374 166,68 €	328 650,13 €	-12,16%	-27,23%
Outras Transferências (OTc)	299 197,77 €	45 184,21 €	113 403,69 €	441 530,43 €	289,34%	189,35%
Total	17 984 333,91 €	20 969 019,41 €	21 364 749,87 €	25 503 986,11 €	19,37%	26,85%

Efetivamente, o gráfico abaixo dá-nos a noção da dependência que o Município continua a ter relativamente a receitas alheias, com especial relevo para as provenientes do Orçamento do Estado, no que se refere ao financiamento da sua gestão corrente, com as *transferências* a representarem 61,41% do valor arrecadado em 2024.

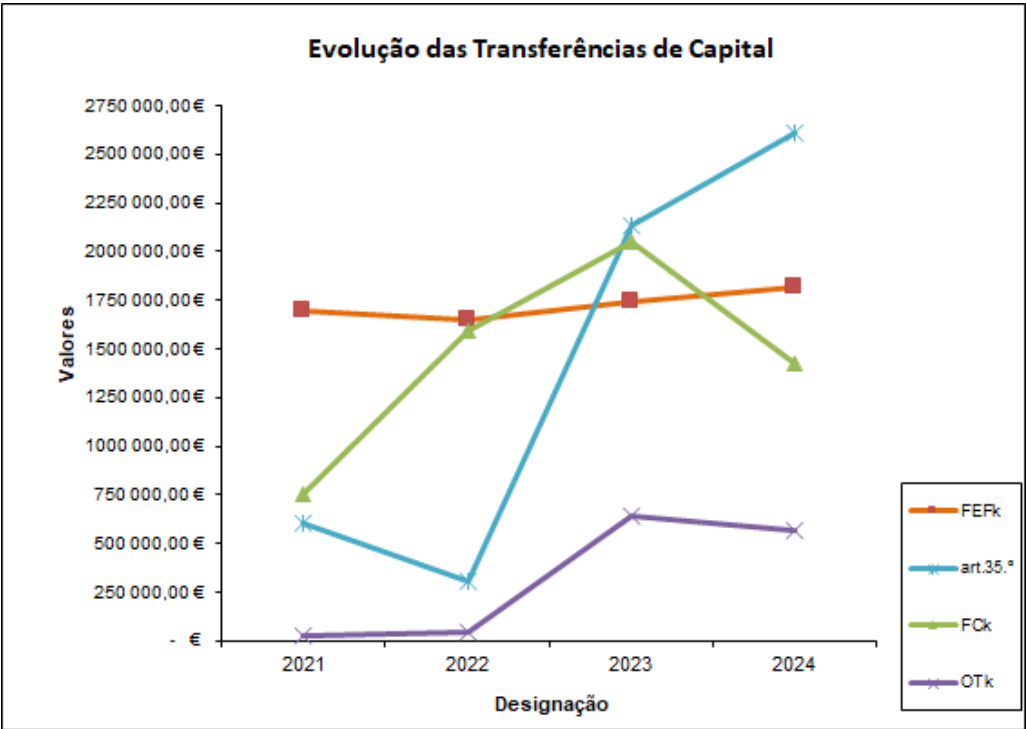


A receita de capital arrecadada em 2024 registou uma ligeira redução (2,27%) quando comparada com o ano transato, assente numa menor arrecadação das transferências.

Receitas de Capital	2021	2022	2023	2024	Δ(2024 / 2023)	Δ(2024 / média 2021 a 2023)
Venda de Bens de Investimento	51 908,37 €	13 738,23 €	57 365,09 €	59 574,76 €	3,85%	45,29%
Transferências de Capital	3 077 617,54 €	3 589 168,57 €	6 570 821,22 €	6 416 446,39 €	-2,35%	45,41%
Outras Receitas de Capital	19 526,74 €	- €	- €	2 017,20 €		-69,01%
Total	3 149 052,65 €	3 602 906,80 €	6 628 186,31 €	6 478 038,35 €	-2,27%	45,25%

Conforme se pode inferir do quadro e gráfico seguintes isso deveu-se à redução das transferências provenientes de fundos comunitários (sobretudo) e estatais.

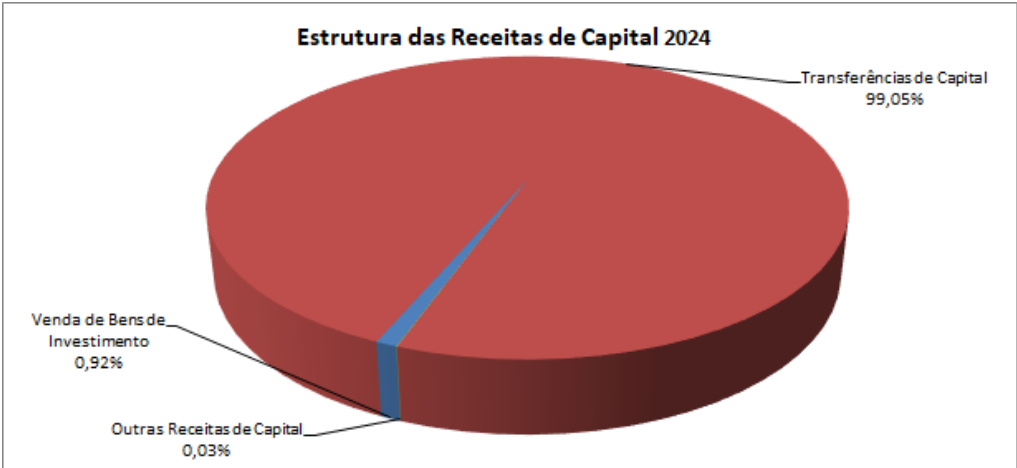
Transferências de Capital	2021	2022	2023	2024	Δ(2024 / 2023)	Δ(2024 / média 2021 a 2023)
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEFk)	1 694 361,00 €	1 649 793,00 €	1 739 866,00 €	1 817 706,00 €	4,47%	7,26%
n.º 3 art.º 35.º Lei n.º 73/2013	604 360,00 €	302 178,00 €	2 135 617,00 €	2 607 401,21 €	22,09%	157,13%
Fundos Comunitários (FCk)	750 396,54 €	1 592 009,05 €	2 050 377,68 €	1 422 622,27 €	-30,62%	-2,84%
Outras Transferências (OTk)	28 500,00 €	45 188,52 €	644 960,54 €	568 716,91 €	-11,82%	137,41%
Total	3 077 617,54 €	3 589 168,57 €	6 570 821,22 €	6 416 446,39 €	-2,35%	45,41%



Apesar de não relevadas nas contas, conforme orientações da DGAL no sentido do reconhecimento dos montantes a receber apenas aquando da autorização dos pedidos de pagamento efetuados aos organismos gestores, no final de 2024 encontravam-se por receber verbas de obra executada na ordem dos 922.000€. Essas verbas são relativas a candidaturas a fundos comunitários e estatais descritos no quadro seguinte:

ENTIDADE / FUNDO	PROTOCOLO/ACORDO/CANDIDATURA	MONTANTE A RECEBER
ALENTEJO2020	Espaço Moagem - Incubadora de Empresas não tecnológicas de Sabóia	39 212,73 €
ALENTEJO2020	Centro de Valorização da Viola Campaniça e do Cante de Improviso	44 537,00 €
PDR2020	Casa do Povo de Sabóia - Casa de Memórias	47 957,91 €
PDR2020	Plano Estratégico e Operacional na Área de Influência do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira	56 913,52 €
IHRU	Reabilitação de 3 fogos em Odemira: José Maria Andrade - Fração G; José Maria Andrade - Fração J	99 733,67 €
IHRU	Aquisição de 6 fogos - Sabóia Boavista dos Pinheiros, Santa Clara-a-Velha, Colos e Odemira	530 400,87 €
IHRU	Reabilitação de 4 fogos - 4 Lotes na Travessa da Costa Ventina, em Odemira	103 724,05 €

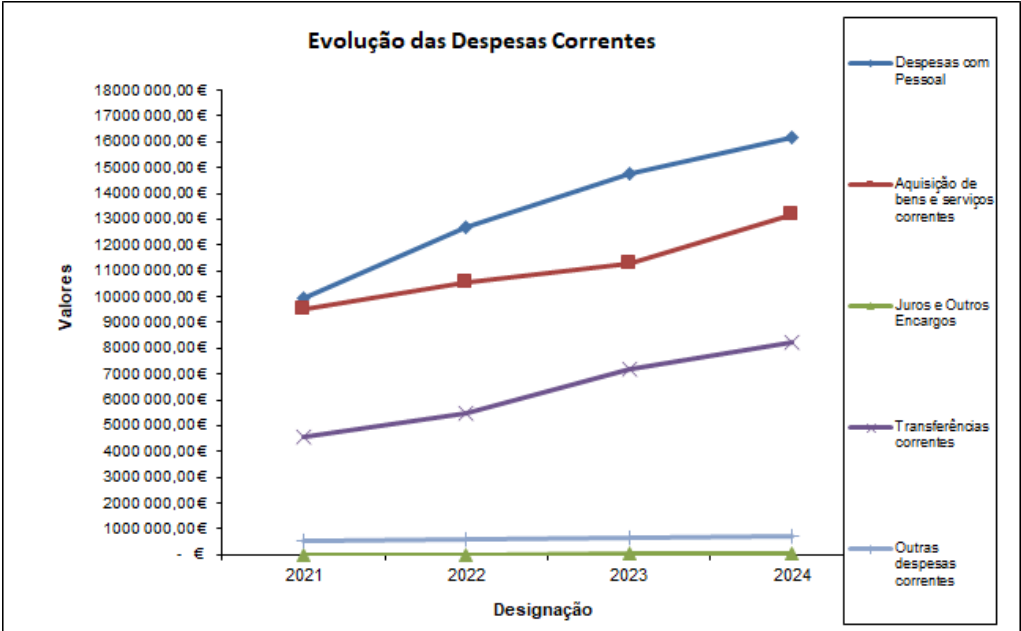
Em termos estruturais o Município registou, em 2024, *receitas próprias (de capital)* bastante reduzidas dependendo de financiamentos comunitários e estatais, e, do recurso a *receitas correntes*, para a implementação das suas políticas de investimento, conforme se pode verificar no gráfico infra.



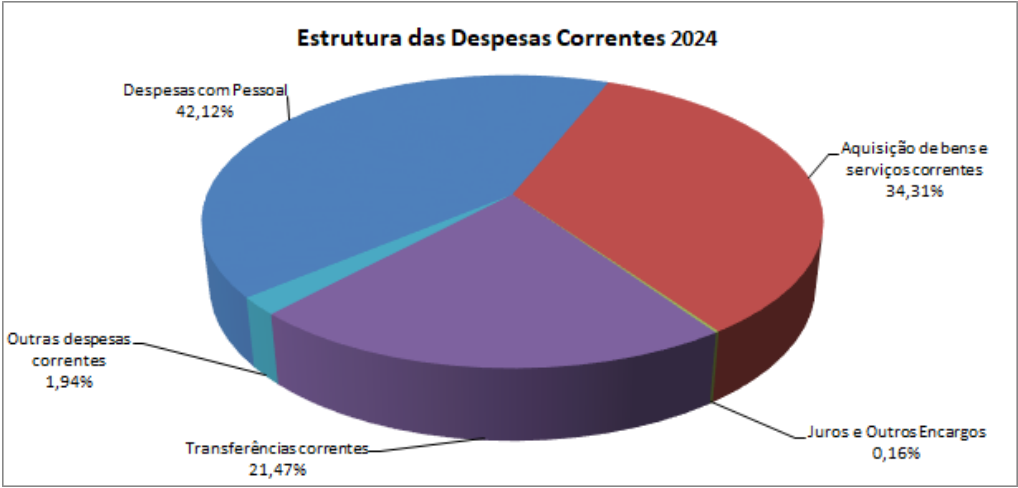
4.5 – Estrutura e Evolução da Despesa

Despesas Correntes	2021	2022	2023	2024	$\Delta(2024 / 2023)$	$\Delta(2024 / \text{média } 2021 \text{ a } 2023)$
Despesas com Pessoal	9 971 343,31 €	12 685 456,57 €	14 743 881,91 €	16 198 728,55 €	9,87%	29,93%
Aquisição de bens e serviços correntes	9 514 942,79 €	10 527 877,84 €	11 268 913,62 €	13 196 897,11 €	17,11%	26,44%
Juros e Outros Encargos	9 798,79 €	9 436,96 €	62 318,09 €	62 853,35 €	0,86%	131,21%
Transferências correntes	4 553 712,43 €	5 487 688,86 €	7 186 556,57 €	8 259 196,42 €	14,93%	43,82%
Outras despesas correntes	538 139,52 €	602 570,35 €	677 011,19 €	745 074,96 €	10,05%	22,97%
Total	24 587 936,84 €	29 313 030,58 €	33 938 681,38 €	38 462 750,39 €	13,33%	31,36%

A *despesa corrente* executada em 2024 apresenta um considerável aumento relativamente ao ano anterior (cerca de 4.524.000€; 13,33%). Relativamente à comparação com a média do triénio anterior, registou-se um crescimento na ordem dos 31,36%, com especial relevância para as *despesas com pessoal*. O gráfico seguinte dá-nos a evolução das *despesas correntes* ao longo do quadriénio.



Em 2024, em termos estruturais, as *despesas com pessoal* representaram 42,12% da execução orçamental corrente, representando a *aquisição de bens e serviços correntes* 34,31% dessa execução, e as *transferências correntes* 21,47%, conforme se pode verificar no gráfico abaixo.



Uma análise mais pormenorizada às *despesas com pessoal* permite-nos constatar um aumento relevante, relativamente a 2023 e à média dos 3 anos anteriores, das despesas ligadas aos vencimentos e encargos sociais dos trabalhadores do município. Esse aumento deveu-se, numa primeira fase, ao descongelamento de carreiras ocorrido e, a partir de 2022, ao recrutamento de pessoal para as várias áreas do Município, com destaque para incorporação no quadro de pessoal do Município, em abril de 2022, de cerca de 150 funcionários dos Agrupamentos de Escolas do concelho em virtude da assunção das competências delegadas pelo Estado no âmbito da Educação. Já em 2024, com a implementação do acelerador de carreiras, os vencimentos e os encargos sociais daí decorrentes voltam a aumentar. Podemos também observar o aumento dos valores relativos a *ajudas custo, horas extraordinárias e outros abonos variáveis ou eventuais* como reflexo da retoma da atividade municipal após a pandemia COVID-19 e do incremento dessa mesma atividade nos anos seguintes, bem como, do aumento do valor/hora proporcionado pelo acelerador de carreiras. O acréscimo das *despesas de saúde* ocorrido até 2023 está relacionado com um maior recurso a cuidados médicos por parte dos funcionários municipais, reduzindo-se substancialmente o encargo em 2024 com a mudança da responsabilidade de pagamento da quase totalidade das despesas de saúde para a esfera do Estado.

Despesas com Pessoal	2021	2022	2023	2024	Δ (2024 / 2023)	Δ (2024 / média 2021 a 2023)
Vencimentos	6 717 513,09 €	8 624 025,10 €	10 013 526,89 €	11 206 674,70 €	11,92%	32,60%
Subsídio de refeição	532 441,71 €	666 725,04 €	878 873,44 €	921 516,01 €	4,85%	33,04%
Ajudas custo, Horas extra, e Outros abonos variáveis ou eventuais	612 499,00 €	738 253,88 €	838 435,96 €	999 331,23 €	19,19%	36,95%
Segurança Social (incluindo CGA)	1 710 819,65 €	2 201 430,53 €	2 530 720,91 €	2 861 559,83 €	13,07%	33,24%
Despesas de Saúde	296 405,31 €	328 440,66 €	355 626,42 €	61 062,25 €	-82,83%	-81,32%
Outras	101 664,55 €	126 581,36 €	126 698,29 €	148 584,53 €	17,27%	25,58%
Total	9 971 343,31 €	12 685 456,57 €	14 743 881,91 €	16 198 728,55 €	9,87%	29,93%

O quadro seguinte pretende transmitir o acréscimo ocorrido ao nível das principais classificações económicas da *aquisição de bens e serviços correntes*, em função da subida da inflação. É de referir o comportamento dos *encargos com instalações* que apresentam uma redução entre 2021 e 2022 fruto da implementação de medidas de eficiência energética, nomeadamente a substituição de lâmpadas tradicionais por tecnologia “led” na iluminação pública, ao que acresce, em 2023, a adesão ao mercado regulado de eletricidade (na tentativa de amenizar o impacto da subida entretanto ocorrida nos mercados de energia devido ao conflito bélico entre a Rússia e a Ucrânia), bem como, o facto de o fornecedor contratado ter emitido notas de crédito de valor relevante por faturação incorreta em anos anteriores dando uma ideia irreal quanto aos encargos anuais com este tipo de serviço, como se pode verificar pelo valor executado em 2024. Destaque, também, para a subida dos encargos com a aquisição de água, e com os serviços de saneamento, recolha de RSU’s e recicláveis, em função do aumento do consumo e/ou das tarifas associadas.

Aquisição de Bens e Serviços	2021	2022	2023	2024	Δ (2024 / 2023)	Δ (2024 / média 2021 a 2023)
Água	1 446 096,59 €	1 564 806,89 €	1 582 326,83 €	1 884 825,77 €	19,12%	23,10%
Saneamento, recolha de RSU’s e recicláveis	1 218 958,71 €	1 468 635,12 €	1 528 300,99 €	2 109 822,87 €	38,05%	50,13%
Matérias-primas e subsidiárias	374 244,23 €	262 315,52 €	393 772,24 €	364 171,82 €	-7,52%	6,04%
Combustíveis e lubrificantes	488 052,63 €	741 312,04 €	671 772,07 €	647 486,61 €	-3,62%	2,17%
Encargos de instalações	963 336,13 €	622 099,01 €	324 925,18 €	1 005 274,39 €	209,39%	57,87%
Conservação de bens	843 919,27 €	928 672,72 €	1 198 360,24 €	982 081,87 €	-18,05%	-0,83%
Transportes	463 539,38 €	573 736,77 €	684 908,01 €	218 029,59 €	-68,17%	-62,02%
Outros	3 716 795,85 €	4 366 299,77 €	4 884 548,06 €	5 985 204,19 €	22,53%	38,46%
Total	9 514 942,79 €	10 527 877,84 €	11 268 913,62 €	13 196 897,11 €	17,11%	26,44%

Nota: em “Outros” incluem-se, designadamente, despesas com comunicações, seguros, refeições escolares, estudos e consultadoria, publicidade, espetáculos, encargos de cobrança de receitas, impressões, limpeza e higiene, e, peças.

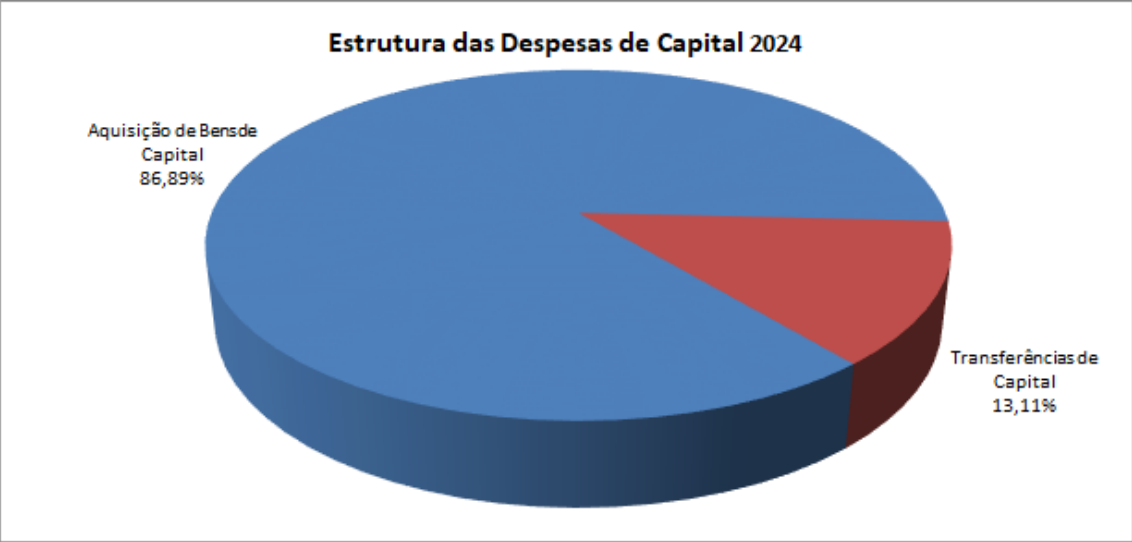
Ao nível das *transferências correntes* podemos verificar um aumento de execução ao longo do quadriénio, com destaque para as Freguesias (implementação de novos acordos de execução e contratos administrativos), Estado (implementação de contratos de delegação de competências) e instituições sem fins lucrativos (programas de apoio nas áreas cultural, desportiva, social, educativa, económica e da proteção civil).

Transferências Correntes	2021	2022	2023	2024	Δ (2024 / 2023)	Δ (2024 / média 2021 a 2023)
Socied. e quase-socied. não financeiras Privadas	457 279,46 €	37 055,99 €	11 500,00 €	120 520,59 €	948,01%	-28,52%
Estado	78 644,04 €	277 259,05 €	394 224,45 €	340 581,80 €	-13,61%	36,21%
Freguesias	1 481 174,96 €	1 687 119,59 €	2 506 652,12 €	2 523 382,04 €	0,67%	33,40%
Associações de municípios	228 343,68 €	128 001,03 €	119 705,43 €	120 914,24 €	1,01%	-23,80%
Instituições sem fins lucrativos	2 098 556,24 €	3 110 882,54 €	3 912 932,70 €	5 000 118,66 €	27,78%	64,43%
Famílias	185 806,76 €	180 001,58 €	215 279,99 €	132 087,32 €	-38,64%	-31,81%
Outras transferências	23 907,29 €	17 369,08 €	26 261,88 €	21 591,77 €	-17,78%	-4,09%
Total	4 553 712,43 €	5 437 688,86 €	7 186 556,57 €	8 259 196,42 €	14,93%	44,24%

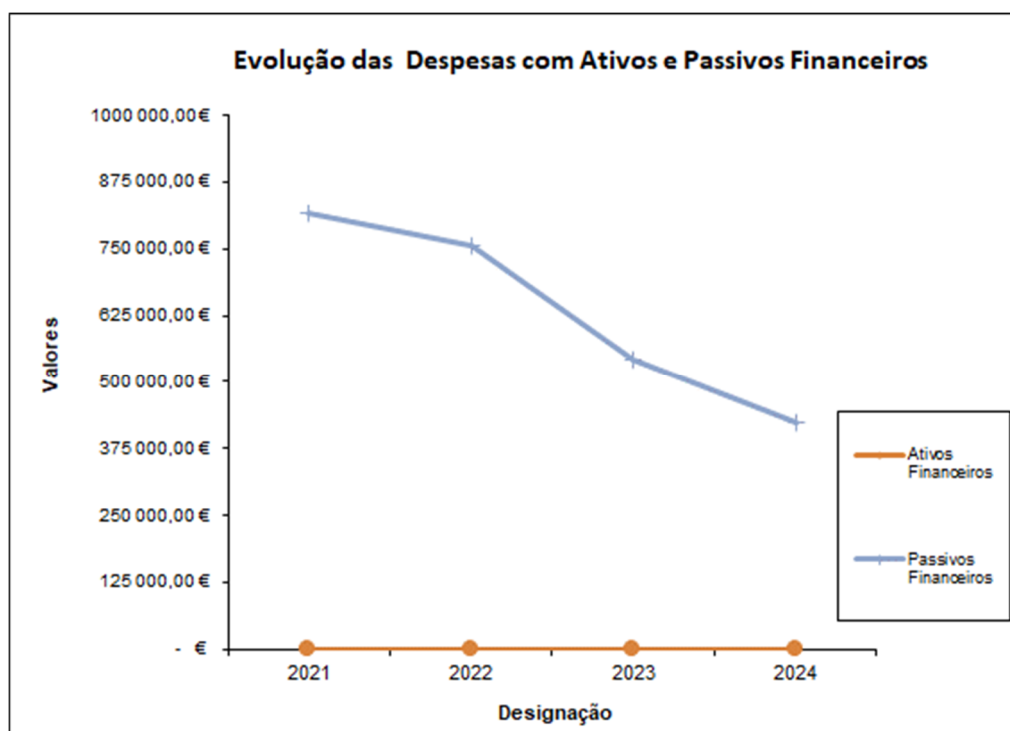
Despesas de Capital	2021	2022	2023	2024	$\Delta(2024 / 2023)$	$\Delta(2024 / \text{média } 2021 \text{ a } 2023)$
Aquisição de Bens de Capital	5 151 948,40 €	6 777 048,48 €	9 836 634,36 €	9 705 328,19 €	-1,33%	33,77%
Transferências de Capital	1 737 575,88 €	2 215 472,02 €	983 468,39 €	1 464 305,25 €	48,89%	-11,01%
Total	6 889 524,28 €	8 992 520,50 €	10 820 102,75 €	11 169 633,44 €	3,23%	25,49%

Conforme se pode verificar, a *despesa de capital* executada em 2024 registou um aumento (3,23%) quando comparada com o ano anterior assente numa maior execução de *transferências de capital*. Relativamente à comparação com a média do triénio anterior regista-se um acréscimo de *despesas de capital* na ordem dos 25,49%.

Nesta conformidade, o investimento direto realizado pelo município representou, em 2024, 86,89% da *despesa de capital* executada, representando o investimento indireto 13,11%, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.



O gráfico seguinte dá-nos a evolução das *despesas com ativos e passivos financeiros* ao longo do quadriénio.



Da observação do quadro podemos constatar a ausência de despesas com *ativos financeiros*, já que se concluiu em 2020 a realização anual das participações no Fundo de Apoio Municipal, de acordo com o plano de participação definido.

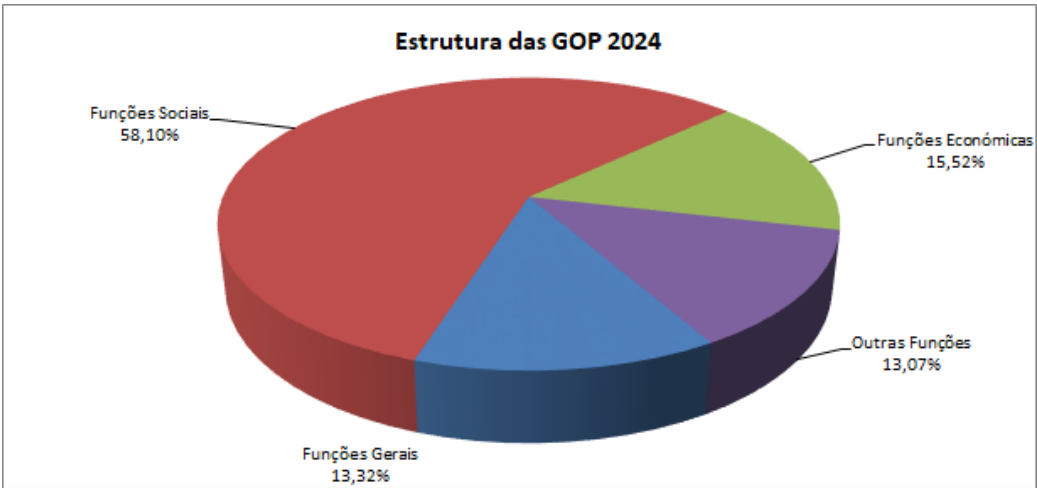
Relativamente aos *passivos financeiros*, a diminuição ocorrida está ligada ao serviço da dívida dos empréstimos de longo prazo contraídos pelo município para financiamento do seu Plano Plurianual de Investimentos, tendo quatro desses empréstimos finalizado as respetivas amortizações no decurso do quadriénio. É de referir que os empréstimos contratados em 2024 para fazer face a obras previstas no PPI não iniciaram, até ao final do ano, a sua utilização.

4.6 – Estrutura e Evolução das Grandes Opções do Plano (GOP)

O quadro seguinte permite observar a evolução ocorrida nas *Grandes Opções do Plano (GOP)* ao longo do quadriénio. Podemos constatar um crescimento de execução em 2024 relativamente a 2023 (10,95%) e à média do triénio anterior (30,17%).

Grandes Opções do Plano (GOP)	2021	2022	2023	2024	Δ (2024 / 2023)	Δ (2024 / média 2021 a 2023)
Funções Gerais	4 541 341,99 €	4 785 633,48 €	5 529 915,72 €	4 332 563,48 €	-21,65%	-12,51%
Funções Sociais	8 046 773,53 €	11 306 650,98 €	16 321 061,90 €	18 898 149,89 €	15,79%	58,92%
Funções Económicas	4 542 158,29 €	4 951 828,33 €	3 677 495,70 €	5 048 234,81 €	37,27%	14,98%
Outras Funções	3 637 170,57 €	3 840 726,50 €	3 790 728,14 €	4 250 768,40 €	12,14%	13,17%
Total	20 767 444,38 €	24 884 839,29 €	29 319 201,46 €	32 529 716,58 €	10,95%	30,17%

Como se pode observar no gráfico seguinte, as *funções sociais* representam a maior fatia das *GOP* executadas em 2024.



4.7 – Execução do Plano de Atividades Municipal (PAM)

Plano de Atividades Municipal 2024	valor	%
FUNÇÕES GERAIS	3 720 120,14 €	16,30%
CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	141 519,72 €	0,62%
CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS	206 328,90 €	0,90%
GESTÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	347 102,26 €	1,52%
GESTÃO MUNICIPAL	1 677 589,73 €	7,35%
INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO, PROTOCOLO, IMAGEM DO CONCELHO	454 558,73 €	1,99%
GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	98 042,75 €	0,43%
ODEMIRA SIMPLIFICA	44 791,26 €	0,20%
ECOSSISTEMA PARTICIPATIVO	55 083,10 €	0,24%
PROTEÇÃO CIVIL	695 103,69 €	3,05%
FUNÇÕES SOCIAIS	12 007 492,56 €	52,61%
ODEMIRA TERRITÓRIO EDUCATIVO	2 523 081,77 €	11,05%
ODEMIRA ACREDITA EM TI	187 135,68 €	0,82%
ODEMIRA SAUDÁVEL	6 394,84 €	0,03%
ODEMIRA SOCIAL	847 747,54 €	3,71%
GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO	1 252 443,50 €	5,49%
GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ÁGUAS DE ABASTECIMENTO	2 154 598,09 €	9,44%
GESTÃO DE RESÍDUOS	1 524 532,89 €	6,68%
SAÚDE PÚBLICA	149 600,65 €	0,66%
VALORIZAÇÃO DO RIO MIRA	127 000,72 €	0,56%
CULTURA EM ODEMIRA	1 169 582,94 €	5,12%
ODEMIRA CRIATIVA	945 055,82 €	4,14%
ODEMIRA TERRITÓRIO DESPORTIVO	1 112 299,75 €	4,87%
OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA	8 018,37 €	0,04%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	3 338 647,34 €	14,63%
PLANO ESTRATÉGICO E OP. NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA	25 830,00 €	0,11%
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	1 645 158,76 €	7,21%
CONSERVAÇÃO DE CAMINHOS E ESTRADAS MUNICIPAIS	280 532,04 €	1,23%
ODEMIRA MAIS PERTO	7 154,24 €	0,03%
FACECO	248 575,39 €	1,09%
FEIRA DE TURISMO	75 932,41 €	0,33%
ODEMIRA TERRITÓRIO TURÍSTICO	546 862,68 €	2,40%
ODEMIRA EMPREENDE	362 847,49 €	1,59%
PRODUTOS DE ODEMIRA	145 754,33 €	0,64%
OUTRAS FUNÇÕES	3 758 128,35 €	16,47%
EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	485 758,00 €	2,13%
FREGUESIAS: CONTRATOS DE EXECUÇÃO, PROTOCOLOS E ACORDOS DE COLABORAÇÃO	2 794 233,20 €	12,24%
MANUTENÇÃO DE VIATURAS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO	478 137,15 €	2,09%
TOTAL	22 824 388,39 €	100,00%

O quadro acima permite-nos aferir a realização, em 2024, das atividades municipais mais relevantes consubstanciadas em projetos do *Plano de Atividades Municipal (PAM)*. São de destacar os projetos afetos a *funções sociais* (sobretudo os valores da área da educação e dos serviços coletivos da área ambiental) que representaram 52,61% dos valores executados.

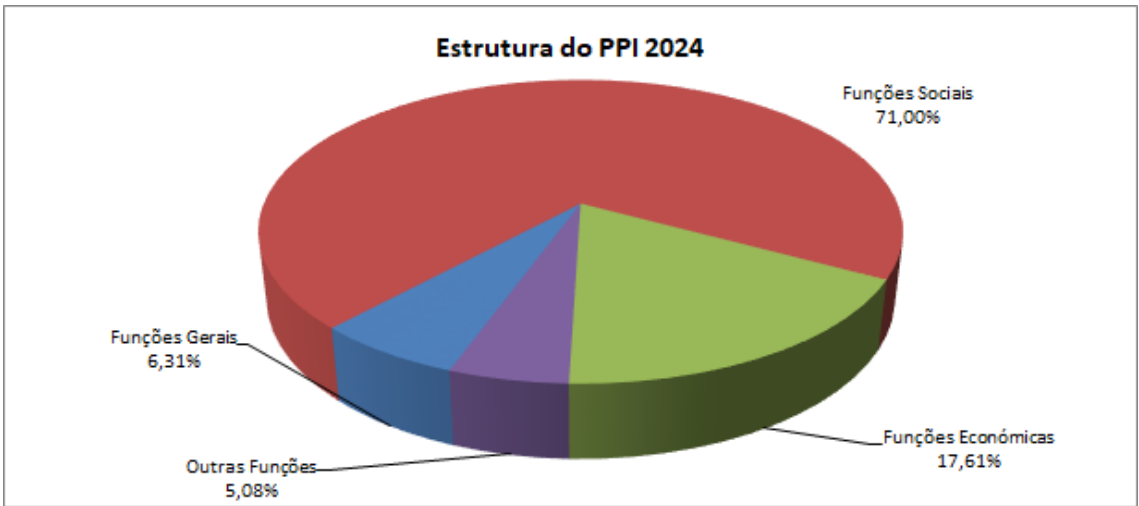
Ao nível da educação é de realçar a execução do projeto “Odemira Território Educativo” (na ordem dos 2.523.000€) e, ao nível dos serviços coletivos, a execução dos projetos ligados à gestão de infraestruturas de águas de abastecimento e de saneamento, e, à gestão de resíduos (cerca de 4.932.000€, no seu conjunto).

4.8 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O quadro seguinte ilustra a forma como o Município executou o *Plano Plurianual de Investimentos (PPI)* em 2024.

Plano Plurianual de Investimentos 2024					
Designação	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Execução em 31-12-2024		Estrutura da Execução
Funções gerais	1 644 000,00 €	846 000,00 €	612 443,34 €	72,39%	6,31%
Funções sociais	12 904 000,00 €	11 359 000,00 €	6 890 657,33 €	60,66%	71,00%
Funções económicas	1 736 000,00 €	2 428 000,00 €	1 709 587,47 €	70,41%	17,61%
Outras funções	1 119 000,00 €	1 172 500,00 €	492 640,05 €	42,02%	5,08%
Total	17 403 000,00 €	15 805 500,00 €	9 705 328,19 €	61,40%	100,00%

O gráfico abaixo permite-nos verificar, em 2024, uma maior preponderância das *funções sociais* na estrutura do investimento realizado, dando-nos conta das intenções do executivo municipal quanto à afetação dos recursos à sua disposição.



5 – Evolução da situação patrimonial, financeira e económica

5.1 – Balanço

O Balanço abaixo apresentado permite constatar a situação existente em 31dez2024 e em 31dez2023, bem como, a variação percentual entre as datas de relato.

BALANÇO	31/12/2023	31/12/2024	Δ
ATIVO			
Ativo não corrente	99 208 134,37 €	107 302 547,92 €	8,16%
Ativos fixos tangíveis	97 914 877,72 €	106 057 569,86 €	8,32%
Propriedades de investimento	71 305,45 €	68 916,93 €	-3,35%
Ativos intangíveis	357 263,70 €	311 373,63 €	-12,84%
Investimentos financeiros	864 687,50 €	864 687,50 €	0,00%
Ativo corrente	13 832 530,33 €	11 919 036,99 €	-13,83%
Inventários	754 884,75 €	747 091,71 €	-1,03%
Devedores p/trf e subsídios não reembolsáveis	0,00 €	0,00 €	
Clientes, contribuintes e utentes	539 473,65 €	564 691,59 €	4,67%
Estado e outros entes públicos	100 973,39 €	98 415,51 €	-2,53%
Outras contas a receber	4 365 023,65 €	4 484 851,42 €	2,75%
Diferimentos	57 996,99 €	57 978,23 €	-0,03%
Caixa e depósitos	8 014 177,90 €	5 966 008,53 €	-25,56%
Total do Ativo	113 040 664,70 €	119 221 584,91 €	5,47%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	10 908 982,33 €	10 908 982,33 €	0,00%
Reservas	1 985 053,96 €	1 985 053,96 €	0,00%
Resultados transitados	55 722 925,74 €	52 475 795,36 €	-5,83%
Outras variações no património líquido	33 066 253,73 €	48 038 610,89 €	45,28%
Resultado líquido do período	-3 273 844,08 €	-2 209 651,87 €	
Total do Património Líquido	98 409 371,68 €	111 198 790,67 €	13,00%
PASSIVO			
Passivo não corrente	7 606 710,25 €	710 227,22 €	-90,66%
Financiamentos obtidos	1 042 609,90 €	710 227,22 €	-31,88%
Diferimentos	6 564 100,35 €	0,00 €	-100,00%
Passivo corrente	7 024 582,77 €	7 312 567,02 €	4,10%
Credores p/trf e subsídios não reemb. concedidos	49 826,60 €	0,00 €	-100,00%
Fornecedores	247 352,50 €	225 240,37 €	-8,94%
Estado e outros entes públicos	370 915,29 €	402 395,50 €	8,49%
Financiamentos obtidos	423 532,29 €	333 000,02 €	-21,38%
Fornecedores de investimentos	28 904,21 €	584 623,64 €	1922,62%
Outras contas a pagar	5 153 234,34 €	5 701 897,89 €	10,65%
Diferimentos	750 817,54 €	65 409,60 €	-91,29%
Total do Passivo	14 631 293,02 €	8 022 794,24 €	-45,17%
Total do Património Líquido e Passivo	113 040 664,70 €	119 221 584,91 €	5,47%

Importa referir, desde logo, que o Município procedeu ao desreconhecimento dos Ativos e Passivos associados ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica, com a E-Redes, S.A., tendo em conta a Orientação Técnica n.º1/2025 da Comissão de Normalização Contabilística, por existirem incertezas significativas quanto aos critérios de reconhecimento e à informação necessária para o adequado registo. A natureza e os termos do acordo de concessão, bem como os ativos e passivos contingentes associados ao contrato de concessão, estão divulgados no Anexo às Demonstrações Financeiras, no âmbito da NCP 15 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

A análise ao Balanço no final de 2024 permite-nos constatar um crescimento (cerca de 6.181.000€; 5,47%;) do *Ativo* relativamente ao final de 2023. Apesar do referido no parágrafo anterior, esse crescimento ocorre ao nível do *Ativo não corrente* que apresenta um aumento na ordem dos 8.094.000€ (8,16%) como reflexo, sobretudo, do registo do património proveniente do Estado no âmbito das transferências de competências ocorridas na Educação (Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves de Odemira, Escola Básica Damião de Odemira, Escola Básica Eng. Manuel Rafael Amaro da Costa de S. Teotónio, Escola Básica Aviador Brito Paes de Colos, e, Escola Básica de Sabóia). Em sentido contrário, o *Ativo corrente* regista uma diminuição (1.913.000; 13,83%), assente, sobretudo, na redução dos valores em *Caixa e depósitos*.

O *Património Líquido* apresenta um acréscimo na ordem dos 12.789.000€ (13,00%), para o qual contribuíram, principalmente, as *outras variações no património líquido*, assentes, sobretudo, no reconhecimento patrimonial das Escolas acima referidas. Efetivamente, aquele crescimento permitiu fazer face ao resultado líquido negativo obtido no período.

Podemos constatar também uma redução no Passivo, relativamente ao ano transato, na ordem dos 6.608.000€ (45,17%). Essa redução ocorre ao nível do *Passivo não corrente*, sendo explicada pela anulação dos diferimentos anteriormente assumidos no âmbito do contrato de concessão com a E-Redes e pela redução dos *financiamentos obtidos*. O *Passivo corrente* apresenta um aumento (cerca de 288.000€; 4,10%).

Refira-se, ainda, que:

- em 2024, o Município contratou com a CCAM de S. Teotónio um empréstimo mlp para financiamento de empreitadas comparticipadas por fundos comunitários, no montante de 15.793.000€, que teve a sua primeira utilização no 1.º trimestre de 2025, fora do período em análise.
- Em 2024, o Município contratou com a CCAM de S. Teotónio um empréstimo mlp para financiamento de empreitadas a realizar na rede viária municipal, no montante de 3.763.000€, que ainda não teve qualquer utilização, estando estimada a mobilização da primeira tranche no 2.º trimestre de 2025.

Como é do conhecimento geral, o Município de Odemira tem vindo a assumir competências do Estado em várias matérias, no âmbito dos diplomas de transferências de competências do Estado para as Autarquias Locais. As competências nas áreas da Educação e da Ação Social, em particular, tiveram impactos quer ao nível de património que passou a ficar sob gestão municipal, e aos encargos a ele associados, quer ao nível de transferências de verbas por parte do Estado para que as mesmas pudessem ser exercidas. Não obstante, refira-se que o Município aceitou no decurso de 2019 as competências na área da Saúde, mas que não as exercerá enquanto se mantiver em vigor o Acordo de Gestão entre o Estado e a ULSLA (Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.).

Apesar de não ter sido possível o seu reconhecimento até à presente data, o Município continua a aguardar informação da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. de forma a ser possível reconhecer os valores dos ativos e passivos ao abrigo do acordo de concessão estabelecido com aquela entidade no âmbito do abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

5.2 – Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados abaixo apresentada permite constatar os rendimentos e gastos ocorridos, bem como, os resultados obtidos em 31dez2024 e em 31dez2023, e bem assim, a variação percentual entre os anos reportados.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	31/12/2023	31/12/2024	Δ
Rendimentos e Gastos			
Impostos, contribuições e taxas	8 093 080,94 €	8 960 873,51 €	10,72%
Vendas	2 005 411,93 €	2 107 958,60 €	5,11%
Prestações de serviços e concessões	3 600 622,41 €	3 313 905,10 €	-7,96%
Transferências e subsídios correntes obtidos	21 299 340,27 €	25 665 318,86 €	20,50%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-3 130 331,84 €	-3 436 838,12 €	9,79%
Fornecimentos e serviços externos	-8 569 233,11 €	-10 111 456,51 €	18,00%
Gastos com pessoal	-15 144 725,85 €	-16 384 205,61 €	8,18%
Transferências e subsídios concedidos	-8 220 656,48 €	-9 669 602,63 €	17,63%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-38 577,94 €	0,00 €	-100,00%
Outros rendimentos	4 094 933,88 €	4 609 325,73 €	12,56%
Outros gastos	-817 560,99 €	-1 065 002,44 €	30,27%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	3 172 303,22 €	3 990 276,49 €	25,78%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-6 436 888,33 €	-6 159 891,20 €	-4,30%
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	-3 264 585,11 €	-2 169 614,71 €	
Juros e rendimentos similares obtidos	79 594,88 €	48 523,73 €	-39,04%
Juros e gastos similares suportados	-88 853,85 €	-88 560,89 €	-0,33%
Resultado antes de impostos	-3 273 844,08 €	-2 209 651,87 €	
Resultado líquido do período	-3 273 844,08 €	-2 209 651,87 €	

Como se pode verificar, os *resultados antes de depreciações e gastos de financiamento*, apresentam um aumento na ordem dos 818.000€ (25,78%) relativamente ao ano anterior, que se explica pelo crescimento ocorrido ao nível dos rendimentos (cerca de 5.564.000€; 14,23%), superior ao crescimento ocorrido nos gastos (4.746.000€; 13,21%).

O aumento mais significativo ao nível dos rendimentos provém das transferências obtidas, em particular do valor arrecadado ao abrigo do artigo 35º, nº5 da Lei 73/2013, que contrariamente ao ocorrido em 2023, foi afeto à gestão corrente municipal em 50% do seu montante. Ao nível dos gastos são de realçar os aumentos ao nível dos fornecimentos e serviços externos, transferências concedidas e gastos com pessoal.

O valor registado, em 2024, nas *depreciações do imobilizado* (cerca de 6.160.000€) levou a um *resultado operacional* negativo na ordem dos 2.170.000, ainda assim menos negativo que o registado em 2023.

Os resultados financeiros negativos obtidos (cerca de 40.000€) agravaram o quadro apresentado que se traduziu num *resultado líquido do período* negativo na ordem dos 2.210.000€.

Importa ainda referir que as transferências de capital provenientes do Orçamento do Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro e verba relativa ao n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 73/2013) eram consideradas no anterior normativo contabilístico como *outros rendimentos*. No SNC-AP as transferências de capital apenas devem afetar os resultados do ano se puderem ser justificadamente imputadas a obras realizadas, caso contrário deverão ser registadas diretamente no *Património Líquido*. A não imputação de transferências a resultados distorce a comparação atrás efetuada ao nível dos resultados do ano.

5.3 – Demonstração das Alterações no Património Líquido

As alterações no *Património Líquido* do Município no decurso de 2024, seguidamente apresentadas, refletem a variação nos seus *ativos* e *passivos* durante o período. As alterações encontram-se devidamente explicadas no volume III - *Anexo às Demonstrações Financeiras* - da presente Prestação de Contas relativa a 2024.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	Capital / Património subscrito	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total do património Líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	10 908 982,33 €	1 985 053,96 €	55 722 925,74 €	33 066 253,73 €	-3 273 844,08 €	98 409 371,68 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	0,00 €	0,00 €	26 713,70 €	3 900 383,15 €	0,00 €	3 927 096,85 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico						0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas			-7 249 508,29 €			-7 249 508,29 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						0,00 €
Realização do excedente de revalorização						0,00 €
Excedentes de revalorização e respetivas variações						0,00 €
Transferências e subsídios de capital				3 900 383,15 €		3 900 383,15 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido			7 276 221,99 €			7 276 221,99 €
Correção de erros materiais						0,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					-2 209 651,87 €	-2 209 651,87 €
RESULTADO INTEGRAL					-2 209 651,87 €	1 717 444,98 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	0,00 €	0,00 €	-3 273 844,08 €	11 071 974,01 €	3 273 844,08 €	11 071 974,01 €
Subscrições de capital/património						0,00 €
Entradas para cobertura de perdas						0,00 €
Outras operações			-3 273 844,08 €	11 071 974,01 €	3 273 844,08 €	11 071 974,01 €
Subscrições de prémios de emissão						0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	10 908 982,33 €	1 985 053,96 €	52 475 795,36 €	48 038 610,89 €	-2 209 651,87 €	111 198 790,67 €
Δ	0,00%	0,00%	-5,83%	45,28%		13,00%

Como se pode verificar, os *resultados transitados* apresentam variações significativas que decorrem, principalmente, do desreconhecimento dos ativos de concessão da E-Redes e respetivas depreciações, cuja regularização não teve impacto nas variações de resultados transitados, bem como, da distribuição dos *resultados* de 2023.

Registam-se *outras variações no património líquido* na ordem dos 3.900.000€, relativas à contabilização, sobretudo, do Fundo de Equilíbrio Financeiro de capital e da verba de capital relativa ao n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 73/2013, bem como, de financiamentos comunitários; e ainda, na ordem dos 11.072.000€, referentes, sobretudo, ao registo dos edifícios escolares referidos na análise ao Balanço.

Ainda que substancialmente negativo, o *resultado líquido do período* apresenta uma melhoria relativamente a 2023, fixando-se nos 2.210.000€.

5.4 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração de Fluxos de Caixa presta informação acerca dos fluxos de caixa e permite perceber a forma como o Município gerou e utilizou os seus recursos financeiros. O quadro abaixo permite fazer uma comparação dos valores executados em 2024 com os do ano anterior.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2023	2024	Δ
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	4 934 355,97 €	5 211 120,13 €	5,61%
Recebimentos de contribuintes	7 253 269,14 €	7 996 644,94 €	10,25%
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	21 364 749,87 €	25 503 986,11 €	19,37%
Recebimentos de utentes	827 923,56 €	1 072 510,35 €	29,54%
Pagamentos a fornecedores	-11 343 663,60 €	-13 867 740,11 €	22,25%
Pagamentos ao pessoal	-14 820 008,46 €	-16 119 042,93 €	8,77%
Pagamentos de transferências e subsídios	-7 186 556,57 €	-8 259 196,42 €	14,93%
Caixa gerada pelas operações	1 030 069,91 €	1 538 282,07 €	49,34%
Outros recebimentos/pagamentos	457 727,71 €	34 716,27 €	-92,42%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	1 487 797,62 €	1 572 998,34 €	5,73%
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-9 639 078,17 €	-9 514 408,93 €	-1,29%
Pagamentos - Ativos intangíveis	-201 286,79 €	-198 864,29 €	-1,20%
Pagamentos - Investimentos financeiros			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis	57 365,09 €	148 872,08 €	159,52%
Recebimentos - Transferências de capital	6 570 821,22 €	6 418 463,59 €	-2,32%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-3 212 178,65 €	-3 145 937,55 €	-2,06%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Outras operações de financiamento	76 298,12 €	37 255,14 €	-51,17%
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos	-540 834,28 €	-422 914,95 €	-21,80%
Pagamentos - Juros e gastos similares	-84 787,04 €	-89 570,35 €	5,64%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-549 323,20 €	-475 230,16 €	-13,49%
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-2 273 704,23 €	-2 048 169,37 €	-9,92%
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	10 287 882,13 €	8 014 177,90 €	-22,10%
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	8 014 177,90 €	5 966 008,53 €	-25,56%
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	10 287 882,13 €	8 014 177,90 €	-22,10%
Saldo da gerência anterior (SGA)	10 287 882,13 €	8 014 177,90 €	-22,10%
SGA De execução orçamental	9 119 826,10 €	6 701 430,43 €	-26,52%
SGA De operações de tesouraria	1 168 056,03 €	1 312 747,47 €	12,39%
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	8 014 177,90 €	5 966 008,53 €	-25,56%
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	8 014 177,90 €	5 966 008,53 €	-25,56%
SGS De execução orçamental	6 701 430,43 €	4 678 442,51 €	-30,19%
SGS De operações de tesouraria	1 312 747,47 €	1 287 566,02 €	-1,92%

Os valores em caixa e seus equivalentes, no final de 2024, são inferiores aos existentes no início do ano, podendo constatar-se uma importante redução do saldo para a gerência seguinte. De notar que o saldo orçamental da gerência de 2024 foi negativo em cerca 2.023.000€ (30,19%) e o saldo de operações de tesouraria negativo em cerca de 25.000€ (1,92%), o que demonstra receitas arrecadadas inferiores às despesas executadas (tal como se pode verificar no ponto 4.3 do presente Relatório) e entradas de operações de tesouraria inferiores às entregas.

5.5 – Contabilidade de Gestão

Conforme referido no ponto 2 do presente Relatório de Gestão, o subsistema de contabilidade de gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados.

Dada a complexidade associada à implementação do novo normativo contabilístico, apenas em 2023 foi possível finalizar a implementação do subsistema de contabilidade de gestão. A Divisão Financeira e de Contratação Pública acompanhou, durante o ano de 2024, os dados carregados no subsistema pelas unidades orgânicas aferindo e analisando os outputs de forma a definir métodos e práticas conducentes à contínua melhoria do mesmo.

O quadro abaixo apresentado permite observar os rendimentos e gastos ocorridos, bem como, os resultados obtidos, em 2024, nas várias funções e subfunções.

Designação	Rendimentos	Gastos	Resultados
FUNÇÕES GERAIS	166 607,48 €	10 692 745,79 €	-10 526 138,31 €
Serviços gerais da administração pública - Administração geral	120 408,68 €	9 526 650,72 €	-9 406 242,04 €
Segurança e ordem públicas - Proteção civil e luta contra incêndios	46 198,80 €	1 166 095,07 €	-1 119 896,27 €
Segurança e ordem públicas - Polícia municipal			0,00 €
FUNÇÕES SOCIAIS	9 937 644,32 €	26 091 259,50 €	-16 153 615,18 €
Educação - Ensino não superior	3 008 591,23 €	5 684 013,86 €	-2 675 422,63 €
Educação - Serviços auxiliares de ensino	605 645,64 €	1 488 493,72 €	-882 848,08 €
Saúde - Serviços individuais de saúde	503 099,00 €	414 091,71 €	89 007,29 €
Segurança e ação sociais - Segurança social		82 490,33 €	-82 490,33 €
Segurança e ação sociais - Ação social		1 600 028,94 €	-1 600 028,94 €
Habituação e serviços coletivos - Habituação		74 859,89 €	-74 859,89 €
Habituação e serviços coletivos - Ordenamento do território	449 296,64 €	2 174 955,93 €	-1 725 659,29 €
Habituação e serviços coletivos - Saneamento	1 332 254,98 €	2 026 935,26 €	-694 680,28 €
Habituação e serviços coletivos - Abastecimento de Água	2 186 660,54 €	3 039 310,11 €	-852 649,57 €
Habituação e serviços coletivos - Resíduos sólidos	1 716 854,46 €	3 026 670,19 €	-1 309 815,73 €
Habituação e serviços coletivos - Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	18 416,73 €	924 403,20 €	-905 986,47 €
Serviços culturais, recreativos e religiosos - Cultura	6 378,10 €	3 443 900,23 €	-3 437 522,13 €
Serviços culturais, recreativos e religiosos - Desporto, recreio e lazer	110 447,00 €	1 974 118,07 €	-1 863 671,07 €
Serviços culturais, recreativos e religiosos - Outras atividades cívicas e religiosas		136 988,06 €	-136 988,06 €
FUNÇÕES ECONÓMICAS	12 618 267,59 €	9 119 118,39 €	3 499 149,20 €
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca		402 969,59 €	-402 969,59 €
Indústria e energia	1 630 136,97 €	1 214 495,35 €	415 641,62 €
Transportes e comunicações - Transportes rodoviários	779 247,93 €	4 200 852,13 €	-3 421 604,20 €
Transportes e comunicações - Transportes aéreos		3 504,66 €	-3 504,66 €
Transportes e comunicações - Transportes fluviais		39 877,47 €	-39 877,47 €
Comércio e turismo - Mercados e feiras	17 588,61 €	699 527,30 €	-681 938,69 €
Comércio e turismo - Turismo	14 744,90 €	1 284 859,92 €	-1 270 115,02 €
Outras funções económicas	10 176 549,18 €	1 273 031,97 €	8 903 517,21 €
OUTRAS FUNÇÕES	21 719 976,85 €	749 024,43 €	20 970 952,42 €
Operações da dívida autárquica		137 366,83 €	-137 366,83 €
Transferências entre administrações	21 501 891,21 €	239 859,90 €	21 262 031,31 €
Diversas não especificadas	218 085,64 €	371 797,70 €	-153 712,06 €
TOTAL	44 442 496,24 €	46 652 148,11 €	-2 209 651,87 €

5.6 – Dívida do Município

O SNC-AP traz alterações à forma de classificação dos passivos. O Passivo corrente (exigível a curto prazo) considera em *outras contas a pagar* valores expetáveis de pagamento no prazo de um ano de *acréscimos de gastos* (onde se incluem, entre outros, *remunerações a liquidar, juros a liquidar e outros gastos financeiros*), bem como, de *credores por subscrições não liberadas*. Além disso, figuram também como dívida em *Estado e outros entes públicos* os descontos sobre vencimentos a entregar no mês seguinte às Finanças e à Segurança Social.

A análise que se segue faz a comparação entre os valores de 2024 e 2023 e tem em conta o facto de as operações de tesouraria e as garantias e cauções prestadas por terceiros não configurarem dívida efetiva do Município, indo de encontro ao conceito de dívida total estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Conforme se pode observar no quadro abaixo, a dívida a pagar a mlp apresenta, no final de 2024, um peso estrutural inferior à dívida a pagar a cp. Em termos absolutos, regista-se um aumento da dívida na ordem dos 666.000€ (11,10%).

Endividamento				
Designação	Valor em Dívida em 31-12-2023	Estrutura	Valor em Dívida em 31-12-2024	Estrutura
Dívida a médio e longo prazo a pagar a mlp	1 042 609,90 €	17,4%	710 227,22 €	10,6%
Dívida a médio e longo prazo a pagar a cp	423 532,29 €	7,1%	333 000,02 €	5,0%
Dívida a cp	4 537 485,47 €	75,6%	5 626 591,38 €	84,4%
Total	6 003 627,66 €	100%	6 669 818,62 €	100%

O quadro seguinte, apesar de apresentar um aumento da dívida de curto prazo (cerca de 999.000€; 20,13%), demonstra a continuação da boa situação de tesouraria do Município. Efetivamente, o Município mantém um prazo médio de pagamentos inferior a 30 dias não havendo necessidade de recurso a quaisquer operações bancárias (empréstimos) de curto prazo para honrar os seus compromissos com os *fornecedores*, com o *estado e outros entes públicos* e com os *credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos*.

Dívida a cp		
Designação	Valor em Dívida em 31-12-2023	Valor em Dívida em 31-12-2024
Fornecedores	247 352,50 €	225 240,37 €
Fornecedores de investimentos	28 904,21 €	584 623,64 €
Estado e outros entes públicos	370 915,29 €	402 395,50 €
Credores p/trf e subsídios não reemb.concedidos	49 826,60 €	0,00 €
Credores por acréscimos de gastos	3 742 003,94 €	4 348 616,96 €
Credores por subscrições não liberadas	0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar	1 411 230,40 €	1 353 280,93 €
Subtotal	5 850 232,94 €	6 914 157,40 €
Operações de Tesouraria + Garantias e Cauções	-1 312 747,47 €	-1 287 566,02 €
Total	4 537 485,47 €	5 626 591,38 €
Dívida a médio e longo prazo a pagar a cp	423 532,29 €	333 000,02 €
Dívida a cp	4 961 017,76 €	5 959 591,40 €

O quadro infra permite-nos fazer uma análise da situação dos empréstimos contratados a mlp. Recorde-se que já se encontram totalmente utilizados, estando todos em fase de amortização. A redução verificada decorre, assim, da amortização dos mesmos de acordo com os contratos estabelecidos com as instituições bancárias. Conforme referido na análise ao Balanço, os empréstimos mlp contratados em 2024 não tiveram qualquer utilização no período em análise.

Dívida a mlp		
Empréstimo N.º	Valor em Dívida em 31-12-2023	Valor em Dívida em 31-12-2024
CGD - 0546/9015/004050/391	101 380,90 €	- €
BPI - 281126983005	294 760,02 €	200 404,97 €
NB - 0770037258	511 188,56 €	365 134,68 €
BPI - 281126983006	558 812,71 €	477 687,59 €
Dívida a mlp	1 466 142,19 €	1 043 227,24 €
Dívida a médio e longo prazo a pagar a cp	-423 532,29 €	-333 000,02 €
Dívida a médio e longo prazo a pagar a mlp	1 042 609,90 €	710 227,22 €

6 – Indicadores de Gestão

6.1 - Indicadores de natureza orçamental

Indicador	2021	2022	2023	2024
Receita Total Disponível ¹ / Despesas Totais	128,97%	123,35%	114,79%	109,35%
Receitas Próprias ² / Despesas Totais	43,78%	36,53%	32,99%	32,19%
Transf. Financeiras Orç. Estado ³ / Receitas Totais	53,77%	55,87%	57,72%	55,11%
Transf. Financeiras Orç. Estado ³ / Despesas Totais	58,60%	55,53%	54,64%	52,88%
Transf. Financeiras Orç. Estado ³ / Despesas com Pessoal	189,81%	171,00%	167,88%	163,41%
Receita Cobrada ⁴ / Receita Orçamentada ⁴	98,20%	95,84%	94,21%	87,90%
Despesas com Pessoal / Despesas Totais	30,88%	32,48%	32,55%	32,36%
Despesas com Pessoal / Receitas Correntes	31,12%	36,09%	40,69%	39,00%
Despesas de Capital / Despesas com Pessoal	69,09%	70,89%	73,39%	68,95%
Despesas de Capital / Despesas Totais	21,33%	23,02%	23,89%	22,31%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	45,71%	40,07%	61,26%	58,00%
Receitas de Correntes / Despesas Correntes	130,31%	119,90%	106,77%	107,97%
Receita Efetiva / Receita Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Despesa Efetiva / Despesa Total	97,47%	98,06%	98,81%	99,16%
Despesa Primária / Despesa Efetiva	99,97%	99,98%	99,86%	99,87%
Receita Total / Habitantes ⁵	1 191,75 €	1 314,46 €	1 451,73 €	1 626,12 €
Despesa Total / Habitantes ⁵	1 093,36 €	1 322,43 €	1 533,60 €	1 694,61 €
Despesa Investimento / Habitantes ⁵	233,24 €	304,44 €	366,31 €	378,14 €

¹incluindo o saldo da gerência anterior.

²excluem-se do conceito de receitas próprias:

- Transferências do Orçamento do Estado;
- Transferências da União Europeia;
- Outras transferências do setor público administrativo;
- Saldos de gerência anterior;
- Passivos financeiros.

³(FEF(c+k) + FSM + IRS + IVA + FFD + n.º3 art.º35.º LEI n.º75/2013).

⁴Os valores referem-se à receita líquida.

⁵26066 habitantes, de acordo com os censos de 2021.

Analisando os diversos indicadores, continua a constatar-se a forte dependência das finanças municipais das transferências financeiras do Orçamento do Estado.

A evolução do indicador de receita cobrada/receita orçamentada, ao longo do quadriénio, dá-nos a percepção da elaboração de orçamentos de receita realistas.

A receita corrente tem conseguido cobrir as despesas do mesmo tipo, permitindo, inclusive, financiar despesas de investimento.

As despesas de pessoal apresentam uma relação adequada relativamente às receitas correntes que as financiam e à totalidade da despesa executada.

O indicador receita efetiva /receita total permite constatar a ausência de receita não efetiva ao longo do quadriénio, ou seja, a ausência de receita proveniente de ativos e passivos financeiros.

A relação da despesa efetiva com a despesa total permite-nos inferir um crescimento da primeira ao longo do quadriénio, o que implica uma redução das despesas com ativos e passivos financeiros. A relação próxima dos 100% com a despesa primária indicia um reduzido pagamento de juros ao longo do quadriénio.

Os três últimos indicadores dão-nos a percepção da execução orçamental por habitante, tendo por base os censos de 2021, podendo-se constatar um crescimento ao longo do quadriénio da receita e da despesa (incluindo a de investimento) por habitante.

6.2 - Indicadores de natureza financeira

Os indicadores que a seguir se apresentam têm por finalidade proporcionar uma leitura da situação financeira do município.

Indicador		31/12/2023	31/12/2024
Liquidez geral	$\frac{(\text{Ativo Corrente}) / (\text{Passivo Corrente} - \text{Diferimentos cp} - \text{OTGC})}{}$	2,79	2,00
Liquidez reduzida	$\frac{(\text{Ativo Corrente} - \text{Inventários}) / (\text{Passivo Corrente} - \text{Diferimentos cp} - \text{OTGC})}{}$	2,64	1,87
Endividamento	$\frac{(\text{Passivo} - \text{Diferimentos} - \text{OTGC}) / (\text{Patrimônio Líquido} + \text{Passivo} - \text{Diferimentos} - \text{OTGC})}{}$	0,08	0,07
Estrutura do Endividamento	$\frac{(\text{Passivo Corrente} - \text{Diferimentos cp} - \text{OTGC}) / (\text{Passivo} - \text{Diferimentos} - \text{OTGC})}{}$	0,83	0,89
Solvabilidade	$\text{Ativo} / \text{Passivo}$	7,73	14,86
Autonomia Financeira	$\text{Patrimônio Líquido} / \text{Ativo}$	0,87	0,93

OTGC - operações de tesouraria, garantias e cauções

Os rácios apresentados demonstram a manutenção de uma boa situação financeira.

Os indicadores de liquidez relativos ao final 2024, apesar de apresentarem uma redução relativamente ao ano anterior, permitem-nos aferir a continuação de uma situação de tesouraria confortável.

Conforme se pode constatar pelos rácios de solvabilidade e de autonomia financeira apresentados, a autarquia detém uma boa solidez financeira, reforçada relativamente a 2023, e uma grande capacidade para fazer face aos compromissos assumidos com os seus fornecedores.

Os rácios de endividamento permitem-nos ter a perceção do grau de utilização de capital alheio para financiar a atividade municipal, bem como, o peso das dívidas de curto prazo no endividamento municipal.

7 – Factos relevantes verificados após o encerramento do exercício

À data em que as Contas são prestadas persistem os conflitos bélicos entre a Rússia e a Ucrânia, e no Médio Oriente, com um impacto social e económico relevante e com implicações no relato financeiro que podem ser significativas, com efeitos que dependem da realidade de cada entidade. Esta situação continuará a condicionar, por certo, a gestão do Município dada a volatilidade dos preços das matérias-primas, combustíveis e eletricidade.

As Contas do Município relativas a 2024 foram preparadas com base no pressuposto contabilístico da continuidade, que se mantém apropriado.

Não existem eventos subsequentes passíveis de ajustamentos nas demonstrações financeiras reportadas em 31/12/2024.

8 – Proposta de Aplicação dos Resultados

Não aplicável em 2024 tendo em conta o resultado líquido negativo obtido.

Odemira, 9 de abril de 2025